
A migração de retorno para o Brasil: estudo de caso dos brasileiros retornados da Península Ibérica

Duval Fernandes¹

Maria da Consolação Gomes de Castro²

Romerito Valeriano³

Silvana Pena Knup⁴

Resumo

A partir de 1980, o Brasil inaugurou uma nova fase do processo da migração internacional com a ampliação do número de brasileiros que deixavam o país. Esse processo chega ao auge em meados da primeira década do século XXI. Estados Unidos, Portugal, Espanha e Japão são os países que mais irão receber esses emigrantes. A crise econômica, que tem início em 2008 e atinge os países centrais do sistema capitalista, transforma esse quadro gerando um fluxo de retorno para as cidades de origem no Brasil. Este texto analisa a situação dos brasileiros retornados da Espanha e de Portugal, retratando a sua situação antes de iniciar o processo de retorno, e a reinserção social e laboral desses imigrantes nas cidades do novo destino.

Palavras-chave: migração internacional, migração de retorno, migração para a Península Ibérica.

Abstract

Return migration to Brazil: the case of Brazilian returnees from the Iberian Peninsula

In 1980, Brazil inaugurated a new phase of international migration with the increase in the number of Brazilians who left the country. This process reached its peak in the middle of the first decade of this century. The United States, Portugal, Spain and Japan are the countries that received these immigrants. The economic crisis, which begun in 2008 and reached the core countries of the capitalist system, generated a return flow to the cities of origin in Brazil. This paper analyses the situation of Brazilians returned from Spain and Portugal, portraying their situation before starting the return process and their social and labor reintegration in the cities of the new destination.

Keywords: international migration, return migration, migration from Spain and Portugal.

-
- 1 Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas e Coordenador do GEDEP, Brasil, <duval@pucminas.br>.
 - 2 Professora do Departamento de Serviço Social da PUC Minas e Pesquisadora do GEDEP, Brasil, <consolacastro@gmail.com>.
 - 3 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas, Brasil, <romeogeo@gmail.com>.
 - 4 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC Minas, Brasil, <silvanaknup@gmail.com>.

Introdução

A partir da década de 1980, o Brasil inaugura uma nova fase no tocante aos deslocamentos de sua população, período em que fica nítido um crescimento do número de brasileiros que optaram por residir no exterior, fato que passou a ser abordado recorrentemente tanto pela mídia como pelos pesquisadores da área. Assim, além de país historicamente receptor de imigrantes, o Brasil passa a ser também um expulsor de população (Carvalho, 2004). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), no ano de 2011, cerca de 3.122.813 brasileiros viviam no exterior. Os principais destinos dos emigrados brasileiros são, predominantemente, países desenvolvidos como o Japão, os Estados Unidos e, na Europa, os que mais se destacam são: Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha, Itália, França e Bélgica.

Por outro lado, as chegadas de imigrantes no país continuam, mesmo que em ritmo mais reduzido e com um perfil diverso do observado no passado, em que havia predominância de pessoas vindas de países europeus. Nas três últimas décadas, surgem novas modalidades da imigração internacional que tem o Brasil como destino, passando o País a ser receptor também de coreanos, chineses, bolivianos, paraguaios, chilenos, peruanos e africanos, além de refugiados procedentes de diferentes países (Aydos, 2010). Na atualidade, e com maior ênfase após o início da crise econômica em 2008, observa-se também um movimento de retorno dos brasileiros que residiam no exterior.

Em 2010, o censo demográfico indicou a presença de 592.569 estrangeiros residentes no Brasil, além de 4477 estrangeiros com estatuto de refugiados, procedentes de 77 países⁵. Quando consideradas as pessoas que residiam no exterior durante o período intercensitário (2000-2010), o censo indicou 455.332 pessoas, sendo 64,8% delas brasileiros que retornavam ao País. Ao se estimar a migração tendo em conta os quesitos sobre data fixa⁶, o número de retornados ao Brasil apurado em 2010 chega a 268.292 pessoas, sendo 65,6% de brasileiros retornados. Nesse mesmo recenseamento, pela primeira vez, foi levantado o número de brasileiros residentes no exterior por meio de quesitos colocados no questionário do universo inquirindo ao responsável do domicílio se algum morador estava residindo no exterior. O volume de emigrantes estimado foi de 455.332 pessoas, como citados anteriormente. Os cinco destinos mais importantes in-

5 Dados do Ministério da Justiça.

6 País de residência anterior em 31.07.2005.

formados foram: Estados Unidos (23,8%), Portugal (13,4%), Espanha (9,4%) e Japão (7,4%).

Grandes generalizações sobre o perfil dos brasileiros que emigram para outros países, e mesmo daqueles que posteriormente retornam, não são totalmente possíveis. De cada local de origem, para cada destino e em cada período da curta história da emigração brasileira, perfis diferentes em termos socioeconômicos e demográficos podem ser encontrados.

Diferentemente dos brasileiros que migram para os Estados Unidos, o brasileiro que migra para a Europa ingressa nesse continente sem necessidade de visto ou com o visto adquirido na entrada dos países, principalmente via Portugal e Espanha. A entrada facilitada pela não demanda de visto faz com que o processo migratório, que envolve uma série de despesas além das passagens, seja mais barato se comparado com a ida para outros países e, assim, acessível para o sujeito migrante de qualquer perfil socioeconômico. No caso de Portugal, a migração é ainda facilitada pela menor barreira da língua, pelas similaridades culturais e, conseqüentemente, pela maior facilidade de integração do migrante que deixa o Brasil pela primeira vez e não fala outros idiomas.

Na construção do perfil dos brasileiros que migram para a Europa, uma grande dificuldade encontrada é a ausência de estatísticas sobre aqueles que estão em situação irregular e que, segundo estimativas do estoque de emigrantes do MRE apresentadas por Marinucci (2008), constituem a maioria daqueles que migram para quase todos os principais destinos. A emigração brasileira para a Europa é um fenômeno antigo, mas sua intensificação é mais recente do que a emigração para os Estados Unidos e ocorreu, principalmente, após o ataque terrorista do dia 11 de setembro de 2001, que trouxe como consequência a imposição de restrições por parte do governo norte-americano à imigração para aquele país. Diante disso, somente a partir do início deste século o contingente de imigrantes brasileiros em países europeus atingiu um número tão significativo que resultou em maior interesse da comunidade científica europeia e brasileira para a análise de seu perfil e da realidade de integração (Góis *et al.* 2009). Deve-se considerar também a grande demanda por mão de obra não qualificada resultante dos investimentos na área da construção civil na Europa, principalmente nos países da Península Ibérica no início do atual milênio.

Em artigo publicado como resultado de uma pesquisa com 1.400 imigrantes brasileiros em Portugal, realizada em 2009, Góis *et al.* (2009) afirmam que, da década de 1970 à de 2008, o número de brasileiros em Portugal aumentou de 3000 para 107.000. O período

de maior intensificação da entrada compreendeu os anos de 2007 e 2008, quando os brasileiros passaram de 15,8% para 24,3% de todos os estrangeiros residentes em Portugal. Nesse mesmo artigo, eles lançam alguma luz sobre o perfil dos brasileiros imigrantes naquele país.

Em relação à idade, os autores indicam que, em sua maioria, os imigrantes brasileiros têm entre 20 e 39 anos (75,0%), com uma idade média de 32,4 anos, característica comum tanto ao sexo masculino quanto ao feminino. Chamam atenção, porém, para uma progressiva feminização da migração para esse destino no período entre 2003 e 2009, com as mulheres representando 59,0% do total dos imigrantes brasileiros. É importante salientar que, nessa faixa etária, as mulheres se encontram em idade reprodutiva, o que pode significar crianças sendo deixadas no Brasil aos cuidados de parentes e amigos, ou nascendo em Portugal ao longo do projeto migratório.

Ainda segundo a mesma pesquisa (Góis *et al.*, 2009), a maioria dos brasileiros em Portugal aponta como motivo para migrar razões de ordem econômica (34,0%) e oportunidade profissional (19,0%). O nível de escolaridade desses migrantes é, predominantemente, o segundo grau completo (51,0%), sendo que 16,0% possuem apenas nível fundamental.

Os dados do último censo demográfico português⁷, realizado em 2011, confirmam as tendências identificadas pela pesquisa de Góis *et al.* (2009). O *stock* de brasileiros em Portugal nesse ano era composto, predominantemente, por mulheres (57,8%) com faixa etária modal entre 30 e 34 anos. A escolaridade que ainda prevalecia entre os imigrantes brasileiros em Portugal era o 2º grau completo, apesar de começar a se destacar o percentual de brasileiros com ensino superior e pós-graduação (13,9%). A maior parte dos brasileiros que vivia no país se declarou solteira (49,5%), porcentagem essa que inclui indivíduos em coabitação.

Outro aspecto pesquisado pelos recenseadores portugueses e que merece ser mencionado é a situação laboral dos brasileiros que viviam em Portugal em 2011. De acordo com os dados coletados, a maioria dos brasileiros trabalhava para outras pessoas (75%), 11,7% eram empregadores e 7,5% trabalhavam por conta própria. A jornada de trabalho de quase um quarto dos imigrantes brasileiros superava 44 horas semanais, o que indica jornadas de trabalho superiores ao estabelecido na legislação trabalhista brasileira e ainda maiores do que as estipuladas pela legislação de alguns países europeus. Os ra-

7 Fonte: INE, Censo Demográfico português de 2011. Disponível em: <<http://censos.ine.pt>>. Acesso em: 18.02. 2014.

mos de atividade mais ocupados pelos brasileiros eram restaurantes, construção civil, atividades domésticas, comércio a varejo e hotelaria, o que confirma pesquisas realizadas por outros autores, como Peixoto e Figueiredo (2007), e mostra a manutenção da concentração dos brasileiros em alguns desses ramos, criando, em certos casos, verdadeiros nichos brasileiros em determinadas atividades, como vem acontecendo com o setor de estética. A análise desses dados deve ser relacionada ao contexto de crise que marca a economia portuguesa desde 2008 e comparada com a de outros países para fundamentar uma interpretação mais apurada.

A pesquisa realizada por Solé, Cavalcanti e Parella (2011) apresenta também similaridades no perfil do imigrante brasileiro na Espanha, se comparado aos resultados das pesquisas citadas anteriormente. Estima-se que 66,4% são imigrantes irregulares, 70,0% são mulheres, 65,9% estão entre as idades de 20 a 39 anos e 50,2% possuem o 2º grau completo. Esses autores apontam ainda que, entre as mulheres latino-americanas, a brasileira é a que, em maior percentual, tem acesso à cidadania espanhola por meio da união com um cidadão espanhol. Ao tratar dos motivos que levam os brasileiros para a Espanha, esses autores deixam claro que, no período mais recente desse fluxo, de 2004 até o recrudescimento da crise financeira de 2008, a maioria dos migrantes admitia que migrava para melhorar sua situação financeira ou por falta de oportunidades profissionais em seus locais de origem.

No entanto, os imigrantes brasileiros que arriscam ingressar em países europeus com um projeto de imigração irregular e enfrentam as vulnerabilidades a que essa condição os submete se dispõem a fazer qualquer movimento no sentido de melhorar suas vidas e a de seus familiares. As situações de vulnerabilidade podem ser econômicas ou sociais e têm impactos materiais ou emocionais, podendo ambas, muitas vezes, ocorrerem ao mesmo tempo. Algumas delas são: desemprego; subemprego; pobreza; situações de perda ou dificuldades nas relações familiares e sociais, como divórcio, morte de um ente querido, falta de perspectiva para uma vida afetiva satisfatória no meio em que vivem, discriminação de gênero, homofobia etc.

Porém, publicações sobre essa temática apontam que, para chegarem a ter a imigração irregular como uma alternativa de mudança de vida, tais brasileiros vivem e são influenciados por um meio em que a emigração já faz parte da cultura local e no qual muitas histórias de emigração bem-sucedidas são relatadas ou vivenciadas de perto; isso faz tal alternativa atraente. Portanto, os emigrantes tomam decisões baseadas em informações de redes sociais compostas de familiares e

amigos que já emigraram e estimulados pelo apoio prometido pelos que ainda se encontram no local de destino. É uma decisão baseada na confiança nos laços familiares e de amizade (ICMPD, 2011; Solé *et al.*, 2011).

Geralmente, esses imigrantes fazem o cálculo do ganho econômico (familiar ou individual) em um país de moeda forte de tal maneira que, quando enviados de volta ao Brasil, tal ganho poderá ser usado para melhorar a situação de vulnerabilidade, além de seu *status* na família e na sociedade (ICMPD, 2011). Emigram sabendo que estarão inicialmente irregulares, na esperança da regularização e conscientes dos riscos que correm de não conseguirem entrar ou de serem deportados. Porém, deixam o Brasil pouco informados sobre os países de destino e sobre as consequências que terão que enfrentar, acarretadas pelas condições de sobrevivência e trabalho na ilegalidade (ICMPD, 2011). Já partem fazendo planos para seu retorno ao país natal e para o investimento que farão ao longo de sua permanência em países estrangeiros ou após o retorno, mas mantêm os vínculos familiares e comunitários por meio de correspondências, telefonemas, internet e remessas periódicas de dinheiro para investimento, além de, muitas vezes, custearem educação, saúde e outras necessidades de sobrevivência de familiares brasileiros (Góis *et al.*, 2009).

Com frequência, tentam trazer familiares e amigos após se sentirem integrados nos países de destino, provocando um fluxo de migração para reunificação familiar⁸, que pode ocorrer tanto de modo regular quanto irregular.

Procuram ocupação imediatamente após sua chegada ao país de destino, sendo que muitos encontram facilmente empregos que são usualmente ofertados a estrangeiros por serem trabalhos que requerem baixa qualificação e que, por isso, oferecem baixa remuneração. Os setores mais comuns de ocupação são hotelaria, comércio, serviços domésticos e construção civil (Piore, 1979; Benito *et al.*, 2009; Góis *et al.*, 2009).

Exercendo funções de baixa remuneração e tentando atingir o objetivo de poupar para retornarem ao Brasil, esses imigrantes assumem muitas horas de trabalho e não se importam, inicialmente, com a qualidade da moradia, de vida e do acesso à cultura e ao lazer (Fernandes e Pinto, 2009).

Na maioria dos casos, sem nenhum conhecimento prévio sobre seus direitos no país de destino, os imigrantes dependem totalmente

8 Reunificação familiar: processo que diz respeito a um ou mais membros de uma família no sentido de se juntarem aos familiares já instalados em um país ou região de destino.

das informações e da solidariedade da rede social que lhes prometeu apoio e, com muita frequência, decepcionam-se com as falhas desta, quando não se tornam vítimas de exploração laboral e sexual (Fernandes, Castro e Knup, 2013).

Este texto se propõe a discutir alguns aspectos da emigração dos brasileiros para os países da Península Ibérica e a sua situação quando do retorno ao Brasil. O capítulo está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte, são tratadas questões relativas ao acesso aos direitos pelos imigrantes brasileiros em Portugal e Espanha, o que é de suma importância para se conhecer fatores que contribuam para a migração que tem por destino esses países. A segunda parte será dedicada à análise da situação dos retornados, traçando seu perfil e discutindo as razões para a volta destes ao País. Nessa parte, foi também incorporada uma seção que discute a visão sobre o retorno dos que ainda permanecem no estrangeiro.

As informações utilizadas neste trabalho são oriundas de pesquisas realizadas no âmbito do Gedep⁹ que tratam de vários aspectos da migração internacional de brasileiros para os países da Península Ibérica¹⁰.

O acesso aos direitos por imigrantes brasileiros em Portugal e na Espanha

Nesta seção, apresentamos resumos de trabalhos realizados por Peixoto e Silva (2013), e Finotelli e Belchior (2013), responsáveis pelas pesquisas de campo realizadas em Portugal e na Espanha, respectivamente, no âmbito do Projeto Itineris (ICMPD)¹¹. Na pesquisa realizada em Portugal, foram entrevistados 26 imigrantes e, na

9 Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População-Gedep do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas.

10 Projeto Itineris «Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia» (ICMPD, 2013); Fatores positivos e obstáculos para a reintegração sustentável no Brasil (OIM, 2013); A crise e a migração de retorno: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal (Projeto CNPq 477167/2010-1/2013).

11 «O acesso dos imigrantes brasileiros aos direitos em Portugal» foi um estudo realizado por João Peixoto SOCIUS, ISEG/UTL, com a colaboração de Thais França da Silva CIES/ISCTE-IUL, Lisboa, 2013. «O acesso dos migrantes brasileiros aos direitos sociais e políticos na Espanha» foi um estudo realizado por Claudia Finotelli, da Universidad Complutense de Madrid (UCM), e Luisa Belchior, do Instituto Universitario Ortega y Gasset (IUIOG), Espanha, 2013. Ambos os estudos foram desenvolvidos no âmbito do Projeto Itineris (ICMPD), cujos resultados estão sendo apresentados neste artigo.

Espanha, 20 brasileiros. No levantamento, por meio de entrevistas semiestruturadas, procurou-se diversificar o *status* e as características dos imigrantes.

O acesso aos direitos por imigrantes brasileiros em Portugal

Os estudos realizados sobre as políticas de imigração e integração de imigrantes em Portugal demonstram que, em muitos aspectos, estas englobam um conjunto de práticas que se podem considerar entre as mais avançadas da Europa. Alguns dos procedimentos preconizados pela lei portuguesa decorrem das normas comuns da União Europeia, mas uma parte importante é de responsabilidade exclusiva das autoridades nacionais (Acosta Arcarazo, 2012).

Em se tratando das políticas de aceitação de imigrantes, pode-se dizer que a lei portuguesa não tem sabido, até hoje, regular o fluxo de entradas, o que tem revelado uma imigração irregular endêmica —que afeta, particularmente, os imigrantes brasileiros, pois estes não são obrigados a requerer vistos para aderir ao espaço europeu. A regulação tem sido, sobretudo, retrospectiva. Nesse aspecto, devem ser destacadas as várias oportunidades de regularização previstas desde 2007, em um mecanismo ordinário de regularização.

Por outro lado, no caso das políticas de integração, sabe-se que estas são as mais avançadas da Europa —como é comprovado pelo Mipex, um indicador comparativo das políticas de integração e acolhimento em vários países europeus e não europeus. Ao se avaliar práticas em vários domínios de intervenção —mobilidade no mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, participação política, residência de longa duração, acesso à nacionalidade e antidiscriminação—, as leis portuguesas proporcionam padrões muito positivos (Niessen *et al.*, 2007 e <<http://www.mipex.eu>>).

Os resultados do estudo realizado por Peixoto (2013) evidenciam que, na maior parte das esferas analisadas, o acesso dos imigrantes brasileiros aos direitos é considerável. As leis sobre estrangeiros e as medidas de integração conferem um amplo conjunto de direitos, tanto aos imigrantes regulares como aos irregulares, e as possibilidades de regularização oferecidas têm sido numerosas.

Destaca-se que o acesso ao emprego, à educação, à saúde e aos benefícios sociais é ofertado em situação semelhante à dos portugueses. No caso do emprego, ainda há o recrutamento de imigrantes irregulares e, no que se refere à educação e à saúde, o acesso dos imigrantes irregulares (e de seus familiares) é garantido.

No caso do acesso aos direitos políticos, vale afirmar que este não é maior dado o desconhecimento da legislação ou a falta de interesse

pela participação política por parte dos brasileiros. Esse argumento se aplica ao estatuto de igualdade entre os cidadãos dos dois países¹², ignorado ou não valorizado por muitos imigrantes. Ao contrário, o acesso à nacionalidade portuguesa, permitido pela lei de 2006, aumentou significativamente (Acosta Arcarazo 2012).

Segundo Acosta Arcarazo (2012), dos direitos garantidos em Portugal, o acesso à habitação é um dos mais problemáticos, dada a existência de situações de discriminação. Também as leis antidiscriminação não são aplicadas em outros domínios do cotidiano, pois são relatados comportamentos discriminatórios contra brasileiros e, em particular, contra a mulher brasileira.

Para além dessas vertentes, os problemas dos imigrantes são numerosos, mas não têm a ver com a ausência de direitos, e sim com uma inserção segmentada no mercado de trabalho. A precariedade laboral e os rendimentos insuficientes afetam muitos imigrantes em resultado de mecanismos estruturais de segmentação, pois os colocam, geralmente, em situação semelhante à de outros grupos sociais mais vulneráveis, como jovens, mulheres e minorias étnicas (Peixoto e Iorio, 2011; Peixoto e Figueiredo, 2007).

Foram sugeridas, diante da realidade encontrada, algumas recomendações de atuação junto às autoridades portuguesas e brasileiras, tais como a necessidade de aperfeiçoamento das modalidades de migração legal, evitando assim a falsa entrada como «turista» e a permanência irregular no país, muitas vezes decorrentes da demora na emissão dos vistos (pelos consulados portugueses no Brasil) e da falta de informação dos imigrantes a respeito das possibilidades de visto de trabalho e estudo para Portugal, levando-os, muitas vezes, à situação de vulnerabilidade. Esses obstáculos deveriam ser evitados, sobretudo em um período em que a migração estudantil tem aumentado em virtude de programas como o «Ciências sem Fronteiras». Em síntese, os procedimentos de migração legal deveriam ser disponibilizados e agilizados para todos os migrantes, estudantes e trabalhadores.

Em geral, os potenciais migrantes deveriam ser informados pelas autoridades brasileiras, pelos consulados portugueses no Brasil e pelas autoridades em Portugal dos seus direitos. As condições de residência legal, as possibilidades de transferência das contribuições para o INSS, o estatuto de igualdade entre os cidadãos do Brasil e Portugal, as leis antidiscriminação, os direitos laborais, os direitos à saúde, entre outros, deveriam ser mais bem divulgados. A consciên-

12 Decreto n.º 3927, de 19/9/2001: «Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República de Portugal».

cia dos direitos pode ser decisiva para melhorar o acesso a estes e evitar a existência de abusos.

As leis antidiscriminação deveriam ser mais bem aplicadas na prática, especialmente em relação ao acesso à habitação mas também em outros campos da vida cotidiana. Nesse aspecto, o que parece mais importante é orientar os imigrantes a como encontrar meios de prova que permitam fundamentar queixas contra comportamentos discriminatórios. Foi sugerido que deveria haver mais informação sobre como proceder para denunciar comportamentos abusivos. Conforme afirmado em uma das entrevistas, «[...] os imigrantes têm que saber como podem funcionar quando o direito é negado», isto é, eles devem saber como argumentar ou reunir evidências que permitam fundamentar uma queixa (Peixoto e Silva, 2013).

Peixoto e Silva (2013) advogam que as instituições do país de acolhimento deveriam ser ainda melhor informadas sobre os direitos dos imigrantes, em particular no caso dos irregulares. Esse é o caso, sobretudo, do sistema público de saúde. Alguns obstáculos de acesso podem resultar de má informação, situação que pode ser resolvida com facilidade. Em geral, e apesar dos passos importantes nessa direção, devem ser promovidas ações de capacitação aos servidores públicos sobre os direitos dos imigrantes.

Certas áreas específicas deveriam ainda ser objeto de melhor regulação conjunta entre os dois países, como ocorre com o reconhecimento de diplomas. Quer no caso de diplomas brasileiros em Portugal, quer no caso de diplomas portugueses no Brasil (obtidos por estudantes brasileiros ou por cidadãos portugueses), deveriam existir mecanismos mais ágeis de reconhecimento. O elevado percentual de brasileiros com nível superior que começa a se destacar em Portugal indica a tendência de ampliação da procura por funções mais qualificadas bem como tentativas de continuidade dos estudos em solo lusitano. Nesse sentido, as dificuldades para o reconhecimento de títulos se transformam em mais obstáculos para a inserção dos brasileiros em Portugal e em problemas para o mercado português que, apesar dos elevados níveis de desemprego, vem enfrentando a escassez de mão de obra qualificada em determinados setores em razão da redução do número de jovens por causa das menores taxas de fecundidade do passado e da elevada emigração portuguesa em momento recente. A questão do reconhecimento de títulos nos dois países é uma reclamação recorrente entre os imigrantes com maior escolaridade, o que requer alternativas emergenciais para o problema.

A história migratória entre Portugal e Brasil é longa e está cheia de boas práticas. Para além das numerosas correntes e contracorren-

tes migratórias entre os dois países, que tornam os dois povos muito próximos, também os governos português e brasileiro têm tido iniciativas para melhorar a circulação e garantir a integração dos migrantes. O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, assinado em Porto Seguro em 2001, foi uma das iniciativas nesse sentido. O que se espera é que a cooperação entre os dois países continue visando tornar o espaço comum mais fácil de transpor e garantir qualidade de vida aos migrantes de ambos.

O acesso aos direitos por imigrantes brasileiros na Espanha

As entrevistas realizadas por Finotelli e Belchior (2013) com imigrantes brasileiros na Espanha demonstraram que o nível de integração dos imigrantes brasileiros e os direitos aos quais estes têm acesso dependem, em primeiro lugar, de seu *status* legal. Os brasileiros que residem na Espanha de forma regular, dependendo do tipo de visto, podem usufruir de um leque de direitos em relação ao acesso à moradia, à saúde ou à educação, assim como de condições contratuais mais justas se tiverem emprego. Contudo, nem todos demonstraram conhecer os direitos aos quais poderiam ter acesso. Se todos utilizaram o sistema de saúde reconhecendo sua eficácia, apenas um dos entrevistados sabia que as contribuições para a Previdência Social na Espanha podem também ser contadas para a aposentadoria no Brasil. Também foram observados vários casos em que os entrevistados não usufruíram de todos os serviços aos quais tinham direito. Finalmente, em especial para os brasileiros que vivem há muitos anos na Espanha, a obtenção da cidadania espanhola não é vista como um veículo de integração, mas simplesmente como uma maneira de economizar burocracia, de ter um direito a mais ou uma vida mais fácil.

Os imigrantes em situação irregular estão em condições claramente mais desfavoráveis. Todos os entrevistados declararam ter trabalho e moradia graças à ajuda de amigos ou familiares. Além disso, a maioria acredita que suas condições de trabalho e salariais são mais injustas comparadas às dos outros imigrantes. Apesar disso, a maioria dos brasileiros em situação irregular chegou a usufruir de direitos básicos, como o acesso ao sistema de saúde nacional, e reconhece que sua vida diária na irregularidade, apesar de tudo, é mais fácil na Espanha do que em outros países. Apesar disso, são conscientes das desvantagens de viver em situação irregular e consideram a regularização como seu objetivo fundamental —e, de fato, foi constatado que muitos deles estão conseguindo se regularizar ou já conseguiram.

É possível afirmar, em geral, que não só o tipo de direitos aos quais têm acesso os brasileiros mas também sua percepção destes é rela-

tivamente satisfatória. Porém, é possível que essa percepção possa mudar depois das últimas reformas, dirigidas, sobretudo, aos imigrantes em situação irregular. Além disso, tanto as entrevistas com os migrantes como as com os representantes institucionais evidenciaram uma série de lacunas administrativas e legais que deveriam ser levadas em conta na hora de elaborar políticas de integração e novas formas de cooperação bilateral entre os dois países.

Tanto os migrantes entrevistados como as instituições brasileiras envolvidas no estudo de Finotelli e Belchior (2013), exceto o Consulado, disseram que a falta de informação representa uma das lacunas principais no processo de integração dos imigrantes brasileiros e no seu acesso aos principais direitos.

É por isso que, segundo Finotelli e Belchior (2013), poderia ser útil informar os brasileiros antes da ida à Espanha, principalmente, sobre os riscos que envolvem a imigração irregular em longo prazo. De fato, todos os representantes institucionais entrevistados consideraram a situação dos brasileiros em situação irregular particularmente precária, já que se trata de migrantes «que estão fora do sistema» (Finotelli e Belchior, 2013). Além do problema da irregularidade, há que se lembrar de que também os brasileiros que vão à Espanha para trabalhar de forma regular ou para estudar têm de enfrentar uma série de obstáculos importantes, ligados, sobretudo, a procedimentos burocráticos muito lentos.

As dificuldades relacionadas com a contratação de trabalhadores brasileiros por parte de empresas espanholas são singularmente relevantes. As contratações se tornam mais fáceis quando o candidato a determinado cargo possui tanto a nacionalidade brasileira como a europeia.

Outra dificuldade significativa está relacionada à homologação de títulos estrangeiros. Todos os representantes institucionais entrevistados reconheceram ser esse um dos obstáculos fundamentais para que, entre Brasil e Espanha, exista um intercâmbio fluido de trabalhadores. Uma diretora de Recursos Humanos confirmou que essas dificuldades afetam também os altos cargos diretivos trasladados tanto ao Brasil como à Espanha. Segundo um dos representantes institucionais entrevistados, uma das principais razões para essas dificuldades é que o governo brasileiro aplica o princípio da reciprocidade em todos os âmbitos.

Além dos problemas relacionados aos trabalhadores, é interessante observar como também os estudantes têm de enfrentar importantes dificuldades. Não apenas os estudantes mas também as instituições entrevistadas se queixam, por exemplo, da lentidão do processo para obter o visto de estada para estudos.

Também é importante realçar que os estudantes brasileiros na Espanha não têm acesso à carteira de saúde, já que não foi renovado o convênio de saúde entre a Espanha e o Brasil, o que produz certa sensação de discriminação com respeito a outros coletivos. Em suma, informação, agilidade administrativa e reconhecimento mútuo de títulos acadêmicos e profissionais por intermédio de uma maior cooperação bilateral teriam de se converter nos objetivos prioritários das relações entre ambos países. Estes adquirem uma relevância especial, sobretudo depois do anúncio, por parte da Espanha, da intenção de fomentar os fluxos de imigração de trabalho da Espanha para o Brasil.

Nenhuma das instituições brasileiras entrevistadas quis se pronunciar sobre a intensificação da cooperação bilateral, e não foi possível ouvir instituições espanholas sobre esse tema. Porém, todos os representantes institucionais entrevistados sugeriram que, na realidade, estão trabalhando para isso. De fato, a intenção de colaborar em assuntos de imigração foi reiterada tanto pelo governo do Brasil como pelo da Espanha durante a visita da Presidente Dilma Rousseff a esse país em 2012.

Segundo a maioria dos representantes entrevistados, fomentar a cooperação bilateral seria particularmente benéfico para pequenas e médias empresas espanholas nessa época de crise. À espera de passos concretos, os empresários espanhóis se mostraram otimistas.

Apesar do acesso mais facilitado aos direitos por parte dos imigrantes brasileiros em Portugal e na Espanha, em contraste com a realidade em outros destinos europeus, a crise da economia mundial que eclodiu em 2008 foi um fator determinante para a decisão de retorno de muitos brasileiros. Na seção seguinte, apresentamos os resultados das pesquisas de campo realizadas no Brasil com imigrantes retornados.

A imigração de retorno da Península Ibérica para o Brasil

As informações apresentadas a seguir foram extraídas de três pesquisas realizadas com imigrantes brasileiros retornados da Espanha e de Portugal no decorrer dos anos 2012 e 2013. Essas pesquisas tiveram formatos diversos e atenderam a situações específicas. A primeira, financiada pelo CNPq¹³, foi realizada em quatro estados —Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Rondônia— e buscou traçar o perfil do

13 Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, 2011/2012.

imigrante retornado e conhecer a sua situação na cidade de origem antes da migração, no destino e quando do retorno. Nessa pesquisa, foram entrevistados 663 imigrantes em 58 cidades. Em seu desdobramento, um levantamento ouviu 78 imigrantes brasileiros que tinham as mesmas regiões de origem, mas ainda permaneciam em Portugal. O segundo trabalho, apoiado pela OIM¹⁴ de Portugal, teve por objetivo avaliar os impactos do Programa de Retorno Voluntário financiado pela organização na reinserção social e laboral do indivíduo em seu retorno ao Brasil. Esse levantamento foi realizado nos estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, sendo ouvidas, por meio de entrevistas estruturadas, 44 pessoas retornadas atendidas pelo Programa. A última das pesquisas que serve de fonte para o texto foi financiada pelo ICMPD¹⁵ e realizada com apoio do Conselho Nacional de Imigração-CNIg do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Secretaria Nacional de Justiça-SNJ; do Ministério da Justiça; do Escritório Federal para Migrações da Suíça; da Secretaria Geral para a Igualdade da Galícia, na Espanha, e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, em Portugal. O trabalho de campo foi realizado nos estados de Goiás e Minas Gerais, e as informações levantadas por meio de entrevistas em profundidade com 30 retornados e da realização de quatro grupos focais, com imigrantes e não migrantes.

No texto que se segue, essas pesquisas serão indicadas como CNPq, OIM e ICMPD, de forma a facilitar a identificação da origem das informações.

O perfil dos brasileiros retornados da Península Ibérica

A estrutura por sexo e idade

Na pesquisa que envolveu a aplicação de questionários (CNPq), foram ouvidos 368 imigrantes retornados do sexo masculino (55,5%) e 295 imigrantes do sexo feminino (44,5%). A idade média dos entrevistados no momento do levantamento ficou em 34,4 anos para os homens e em 33,3 anos para as mulheres. Quando observado o momento da emigração e do retorno, as idades médias foram de 26,6 anos para as mulheres e de 27,0 anos para os homens, na primeira situação, e de 30,8 anos para as mulheres e de 31,6 anos para os homens no retorno. Tais informações indicam um período de permanência no exterior de, aproximadamente, quatro anos.

É importante destacar a concentração em mais de 50% dos casos,

14 Organização Internacional para a Migração, OIM, 2012/2013.

15 International Centre for Migration Policy Development, ICMPD, 2012/2013/2014.

para ambos os sexos, no grupo etário de 20 a 29 anos no momento da emigração. Foram encontradas, no momento da entrevista, pessoas com idade abaixo de 20 anos (17,1% dos homens e 19,0% das mulheres), que incorporavam jovens de 18 e 19 anos em sua maioria, e menores de idade que fizeram esse deslocamento para reunião familiar ao viajarem em companhia dos pais. Nesse particular, é importante considerar informações colhidas junto a representantes do governo municipal de Governador Valadares¹⁶, que indicaram haver uma cultura migratória na região que «forçava» os jovens a fazerem esse trajeto quando completavam a maioridade. A comprovação desse «destino» era o reduzido número de estudantes nas classes de 2º grau quando chegavam à maioridade, o que acontecia para a maioria na conclusão da 2ª série do 2º grau.

Estado civil e instrução

Considerando os dois momentos abordados nos levantamentos das pesquisas (emigração e retorno), observa-se que há uma clara mudança na situação de união dos imigrantes. No momento da partida para o exterior, 51,4% dos entrevistados se declararam solteiros, sendo que 44,7% das mulheres e 56,8% dos homens estavam nessa situação. Os casados representavam 36,3% do total, sem uma diferença marcante entre os homens e as mulheres (36,6% de homens e 36,2% de mulheres). A proporção daqueles em união estável ou divorciados em relação ao total dos entrevistados era semelhante: 5,4%. No entanto, no caso das uniões estáveis, 7,4% das mulheres se declararam nessa situação antes de emigrar em comparação a 3,8% dos homens. Já entre aqueles que se declararam divorciados ou separados, 8,8% eram mulheres e 2,7% homens. O quadro se completa com os viúvos, que representavam 1,3% do total.

No momento da entrevista após o retorno, a maioria dos entrevistados, tanto do sexo masculino (48,1%) como do feminino (44,4%), declarou-se casada. Os solteiros representavam 32,0% do total (37,5% dos homens e 25,1% das mulheres), e os que declararam estar vivendo em uma união estável representavam 11,4% do total, sendo que 15,3% das mulheres estavam nessa situação e 8,4% dos homens. A proporção de divorciados encontrada entre os retornados foi de 8,4%, com um total de 11,8% de mulheres e 5,7% de homens.

Em relação ao nível de instrução, o levantamento indicou que a maioria dos entrevistados (37,9%) declarou ter como nível de ins-

16 Entrevista com o secretário de Assistência Social de Governador Valadares.

trução mais elevado o Ensino Fundamental incompleto, seguida por aqueles que declararam não ter completado o Ensino Fundamental (27,9%). Somente 12,1% dos entrevistados tinham o Ensino Médio completo, e 5,8% chegaram a se graduar ou frequentavam um curso superior. Interessante notar que, em relação à instrução, não houve diferenças significativas entre o momento da emigração e o do retorno. Situação que seria esperada, pois a migração para Portugal acontecia por questões laborais. As informações sobre a instrução mostram alguma discrepância em relação às pesquisas realizadas com brasileiros na Europa e em Portugal (Góis *et al.*, 2009; Malheiros, 2007) citada anteriormente, que mostram uma predominância de pessoas com o 2º grau completo na comunidade de brasileiros. Essa diferença estaria possivelmente ligada ao tipo de levantamento realizado nesse trabalho, que privilegiou as pequenas cidades do interior do Brasil, onde se acredita que o impacto socioeconômico da emigração internacional é mais importante e o nível de instrução, de forma geral, mais baixo do que o observado em cidades maiores, até mesmo por conta da deficiência na oferta do ensino de 2º grau.

O trabalho

Dos entrevistados, 73,9%, ou seja, 490 pessoas declararam estar trabalhando no momento da entrevista, o que indica uma forte inserção laboral dos retornados. Destes, 68,7% estavam atuando no setor de comércio e serviços e 16,3% no da construção civil.

Em termos da remuneração do trabalho, 63,2% declararam receber até dois salários mínimos¹⁷ por mês, enquanto 23,1% indicaram que a remuneração no trabalho ficava entre dois e quatro salários mínimos¹⁸. A jornada de trabalho semanal de 54,7% dos respondentes que declararam estar trabalhando se situava entre 40 e 44 horas, sendo que 33,2% declararam trabalhar 48 horas ou mais por semana.

Considerando a situação na ocupação, isto é, a formalidade ou não na relação de trabalho, 38,1% tinham carteira de trabalho assinada pelo empregador (164 pessoas) ou eram funcionários públicos (23 pessoas). A situação de autônomo (113) ou de proprietário/sócio (86) foi declarada por 40,6% daqueles que indicaram estar trabalhando no momento da entrevista. Vários revelaram que a abertura do próprio negócio foi possível via recursos levantados durante a estada no exte-

17 Equivalente a USD 630,00. (USD 1,00 = R\$ 2,50 em 11.2014).

18 Equivalente a USD 630,00 e a USD 1.260,00, respectivamente. (USD 1,00 = R\$ 2,50 em 11.2014).

rior. Por fim, 21,0% dos entrevistados que trabalhavam estavam em situação ocupacional precária, sem a carteira de trabalho assinada.

A migração

Ao se tratar do trajeto migratório, a maior parte dos entrevistados, 541 pessoas (81,6%), havia realizado somente uma migração internacional até o momento da entrevista. O restante dos entrevistados havia feito duas ou mais migrações.

Dos entrevistados, 59,4% estavam morando no exterior em 2005 e 40,6% residiam no Brasil naquele momento. Interessante notar que, entre as mulheres, 46,8% declararam ter feito o trajeto após 2005, enquanto 35,6% dos homens estavam nessa situação. Isso indica que importante fatia dos entrevistados fez o seu trajeto migratório após 2005 e, em 2012, já havia retornado ao Brasil.

O tempo médio de permanência no exterior variou segundo o sexo do entrevistado: enquanto os homens permaneceram em média 4,2 anos fora do Brasil, as mulheres indicaram uma permanência média de 3,8 anos.

O trajeto

Ao serem perguntados pelo trajeto migratório, 73,6% dos entrevistados indicaram ter entrado na Europa por Portugal. O restante, 26,2%, preferiu outras estratégias, como entrar pela Espanha (20,5%) ou França (4,2%). A justificativa para essa atitude se prendia à crença de que, nos outros países, a entrada no «Espaço Schengen» seria mais fácil.

A maior parte dos entrevistados, 59,6%, fez o trajeto migratório sozinho. Daqueles que viajaram acompanhados (268 pessoas), 66,5% estavam com membros da família e 33,5% acompanhados por amigos.

Importante destacar que a decisão de emigrar foi, na maioria dos casos, tomada individualmente (64,1%), sem consultar nenhuma pessoa. Quando houve consulta, esta era feita a um familiar, na maioria dos casos, o cônjuge.

Apesar de serem muito diversos os relatos quanto aos gastos com a migração, pois era praticamente impossível para muitos desassociar o que havia sido gasto individualmente do que fora gasto com o conjunto da família, pode-se afirmar que esses dispêndios variaram entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00¹⁹, pois 65,3% dos valores declarados estavam nesse intervalo, concentrando, no limite superior, a resposta de 19% dos entrevistados e, no limite inferior, a de 13,7%.

19 USD 1.200 a USD 2.000. (USD 1,00 = R\$ 2,50 em novembro, 2014).

Quando perguntados sobre a origem do dinheiro utilizado para migrar, 355 entrevistados (53,5%) declararam ter pedido emprestado uma parte ou a totalidade dos recursos gastos com a migração. Destes, 80,6% recorreram a parentes, 19,4% foram buscar recursos em bancos ou financeiras (25 pessoas), com agiotas (41 pessoas) e mesmo com «coiotes²⁰» (3 pessoas).

Quando perguntados sobre contatos na Europa, 90,8% dos entrevistados indicaram ter algum contato em Portugal; destes, 38,0% indicaram ser esse contato um amigo, sendo que o restante contava com o auxílio de familiares. Essa rede de apoio foi muito importante no projeto migratório, pois 90,2% dos que declararam ter contatos esperavam receber uma ajuda, na maioria dos casos relacionada ao trabalho e à moradia (68,8%). É interessante notar que, em 93,2% dos casos, as expectativas de apoio aconteceram como esperado. Tal fato mostra que há uma alta efetividade na rede social e que ela garante o atendimento das expectativas de partida dos imigrantes. Essa afirmação pode ser corroborada pelo relato abaixo, que também indica a possibilidade de problemas:

Só fui instruída em relação à passagem, mas ao que eu iria encontrar lá, foi uma surpresa muito grande, a gente não imagina pra que mundo a gente tá indo. Por mais que a gente consiga ler e saiba que a língua é a mesma, que a gente não vai ter dificuldade em relação a isso, mas a falta de instrução que nós temos sobre o local que a gente tá indo é muito grande, ainda é muito grande, apesar de ser um país amigo e a língua igual. Agora que as novelas tão influenciando muito, colocam atores portugueses, a gente conhece um pouquinho mais, mas antes, pelo menos eu, fui sem saber o que ia encontrar (Migrante feminina, Portugal pesquisa ICMPD).

Em outras situações, o papel da rede social é também importante, principalmente quando o motivo é a busca de uma situação de permanência mais prolongada ou definitiva no país estrangeiro, o que pode envolver, até mesmo, o estabelecimento de uma união estável. Essas redes informais são formadas por mulheres que já estão casadas com estrangeiros e tentam facilitar a ida de outras mulheres.

Não, eu acho que agora, por agora o povo não está querendo ir não, porque o trem não está bom não. [...]. É, tem mais gente vindo de lá para cá do que indo daqui para lá. [...] porque as minhas colegas que estão lá, todas já casaram, tão lá batalhando mesmo. [...] Porque casa-

20 O termo «coiote» é empregado aqui para designar pessoas que facilitam o processo migratório. Importante lembrar que a atuação desses «atravessadores» se dá mais na migração para os Estados Unidos e é pouco observada na migração para a Europa.

ram, a maioria casou com espanhol, quer dizer, eles têm a renda deles lá, então dá para sobreviver. [...] É, casadas, deram sorte, nós demos sorte, eu já ponho assim, como uma sorte. (Migrante feminina retornada da Espanha pesquisa ICMPD).

Mesmo com o apoio das redes sociais, algumas situações vivenciadas não aconteciam como esperado.

[...] A maior dificuldade que tem lá é confiar nas pessoas. A gente não sabe quem é, e eu tenho facilidade de comunicação, mas a gente vê muita coisa, lá, muita coisa, muita sacanagem de brasileiros, muito... Os brasileiros que tão lá, a maioria deles, um bocado deles são pessoas que não é confiável, são «traíras» demais, falsos demais e eu não gosto desse tipo de pessoas. A gente é, ou não é, mas lá a personalidade da pessoa nunca é transparente, sempre tá embutido. (Migrante feminina retornada de Portugal pesquisa ICMPD).

Ao se tratar das razões para a emigração, as respostas foram várias, mas puderam ser agrupadas de forma a se ter uma visão mais abrangente das razões para a partida. Na maioria dos casos, não havia uma razão única, mas sim um conjunto de situações alegadas que reuniam aspectos pessoais, financeiros e sentimentais. A questão financeira foi lembrada em 60,5% das respostas, seguida por falas que expressavam a busca por melhor qualidade de vida (46,3%) e oportunidades de trabalho (44,2%). A busca por emprego foi citada por 33,5% dos entrevistados, assim como ter um amigo no exterior (33,5%). A curiosidade por conhecer um novo país foi também agregada às razões para a emigração em 22,3% dos casos.

Quando perguntados pelas razões para a escolha de Portugal como país de destino, o idioma foi citado por 42,5% das pessoas, e a possibilidade do reencontro com familiares e amigos foi considerada na decisão de 64,3% dos entrevistados. A questão financeira também foi considerada, pois 22,6% justificaram a escolha por conta de receber em euros. Vale lembrar que, para 12,5% dos entrevistados, a ida para Portugal aconteceu como a única alternativa de imigração, pois esses imigrantes já haviam tentado ir para outros países onde não puderam ingressar.

O olhar dos brasileiros que retornaram

O retorno é uma nova migração que pode ser tão ou mais complexa do que a emigração original e tem a peculiaridade de colocar a primeira em perspectiva, o que permite identificar, por meio das entrevistas com migrantes de retorno, a avaliação contextualizada do processo da partida e do retorno, possibilitando visualizar a emigração por intermédio do olhar daquele que a vivenciou. As informações a seguir

foram levantadas pelas pesquisas apoiadas pela OIM, pelo CNPq e pelo ICMPD.

Avaliação do processo migratório

Com relação ao retorno, a primeira reflexão que se pode fazer é a relativa ao processo migratório. No caso do levantamento realizado junto aos imigrantes retornados de Portugal (CNPq), observa-se que 74,2% dos entrevistados indicaram que a situação de vida nesse país era melhor do que as condições de vida no Brasil antes da migração, o que indica uma melhoria por conta desta.

A migração permitiu que a maioria dos entrevistados acumulasse algum capital (63,2%), o que contribuiu para que 88,1% dos migrantes entrevistados afirmassem que a experiência gerou resultados positivos.

Apesar do otimismo com a migração, para 67,7%, a situação financeira e pessoal no momento da entrevista estava melhor do que a situação deixada para trás quando do retorno. Essa avaliação positiva se justificava para 40,8% pela oportunidade de estar perto da família e dos amigos.

Ao se colocar para os entrevistados a questão sobre como avaliavam a experiência de ter vivido fora do país, 46,5% achavam que a migração tinha resultado em sucesso, 5,1% consideraram um fracasso e 48,3% viram coisas boas e más, não tendo chegado a uma avaliação absoluta. No entanto, apesar da avaliação positiva, 67,9% dos entrevistados desaconselhariam um amigo a tentar a sorte em Portugal. Destes, 53,1% justificaram sua opinião por conta da crise econômica.

Ainda dentro do processo de avaliação da estada em Portugal, quando consultados sobre o que mais os desagradou no exterior, 41,0% dos entrevistados citaram o preconceito contra o imigrante. Ao relatar o que mais os agradou, foram apontadas as possibilidades de lazer (23,7%), o baixo custo de vida (13,1%) e a qualidade de vida (10,1%). No caso do lazer, vale lembrar que, na maioria das cidades brasileiras e, principalmente, nos pequenos municípios, as opções de lazer são muito limitadas em comparação com as oportunidades oferecidas nas cidades europeias, mesmo as de pequeno porte.

Algumas falas ilustram os aspectos positivos e negativos apontados pelos entrevistados:

[...] a experiência de vida né, dar valor ao seu dinheiro, família, porque às vezes você chega lá a carência é muito grande, a gente já viu obreiro da igreja bebendo cachaça, pessoas de igreja casadas separarem, você chega lá trabalha, o cara que está lá trabalha, se fica um tempo e começa a ficar perturbado, você vive só aquilo dali aí você fica levando só

tapa na cara aí você começa com uma depressão, aí precisa esfriar um pouco a cabeça. (Migrante masculino retornado de Portugal pesquisa ICMPD).

Foi uma experiência. Foi uma experiência maravilhosa. Como eu estou falando, eu amo o Brasil, mas também amo Portugal. Já estou com saudade de Portugal, porque lá, a vida lá, com todos esses problemas, não tem a violência que tem aqui hoje. O salário lá é pequeno, mas dá pra você viver. (Migrante masculino retornado de Portugal pesquisa ICMPD).

O retorno

A migração de retorno acontece, na maioria dos casos, por duas razões maiores: ou o projeto migratório foi completado quando os objetivos fixados no início do processo foram alcançados ou a situação vivida no país de destino se tornou de tal forma hostil que só restou ao imigrante fazer o caminho de volta.

Não é fácil para o retornado contar experiências que não foram bem-sucedidas. O fracasso é interpretado mais como um erro pessoal do que como um evento para o qual várias circunstâncias contribuíram.

Nesta seção, apresentamos alguns dos resultados de inquéritos realizados junto aos retornados de Portugal em dois momentos distintos. No primeiro, realizado sob os auspícios do CNPq, o levantamento buscou identificar as razões do retorno do conjunto dos entrevistados e, no segundo, apoiado pela OIM, trata exclusivamente daqueles que necessitaram de um apoio para fazer o retorno, observando a situação de sua inserção laboral e social no Brasil.

No levantamento realizado com os imigrantes retornados de Portugal, várias razões foram alegadas para o retorno, no entanto, duas apareceram como as mais importantes. A primeira estava relacionada às questões familiares (45,2%) e, em segundo lugar, à crise econômica (16,6%). Quando questionados diretamente se a crise teve alguma importância na decisão de retornar ao Brasil, 43,6% disseram que ela foi levada em consideração.

Como as expectativas na partida para o estrangeiro sempre remetem a um projeto de melhoria de vida que indica a construção de uma casa ou mesmo a realização de um investimento, não causa estranheza que, ao serem perguntados sobre a opção de local para se viver no Brasil quando do retorno, 83,4% tenham escolhido voltar para a mesma cidade de partida.

Ao serem perguntados sobre o processo de retorno, em 52,5% dos casos, os entrevistados declararam que este aconteceu como planeja-

do e, para aqueles aos quais o retorno não aconteceu como esperado, 21,0% pensavam voltar em uma situação econômica melhor, 20,1% voltaram antes do planejado, 13,7% não queriam voltar e 16,2% só fizeram o retorno por razões familiares.

Quando da chegada ao novo destino, o primeiro desafio é o da adaptação à nova situação. Para 68,0% dos entrevistados, o processo de adaptação aconteceu sem maiores problemas e eles declararam estar totalmente adaptados à nova vida. Apesar de esse processo ainda estar em curso para alguns, a avaliação geral é que o retorno foi positivo, pois 88,4% consideraram que valeu a pena ter voltado para o país de origem.

Quando perguntados sobre projetos futuros de nova migração, somente 25,8% pensavam em fazer um novo trajeto, tendo como principal destino (67,8%) Portugal.

O retorno e o apoio da OIM

O Programa de Retorno Voluntário (PRV) executado pela OIM em Portugal tem por objetivo promover, de uma forma ordenada e efetiva, o retorno voluntário de imigrantes em situação vulnerável requerentes de asilo cujo pedido tenha sido recusado ou esteja pendente de decisão final, de refugiados ou de pessoas sob proteção temporária, estrangeiros que se encontrem em situação irregular em Portugal ou outros que pretendam regressar voluntariamente para o seu país de origem.

A implementação do programa em Portugal, iniciado em 1997, permitiu que até 2011 2770 imigrantes contassem com apoio para o seu retorno. Somente no período de 2007 a 2011 foram 2162 imigrantes, sendo 1740 brasileiros. Nesse período, a proporção de brasileiros que foram auxiliados no seu retorno passou de 69,8% em 2007 para 84,2% em 2011.

As avaliações positivas das iniciativas possibilitaram a construção de mais uma proposta, desta vez ampliando o apoio ao imigrante, incorporando em sua estratégia elementos para contribuir na sua reintegração na sociedade de origem. A partir daí, nasceu o projeto de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (ARVoRE), cujo objetivo é promover, de uma forma organizada e efetiva, o retorno voluntário aos respectivos países de origem de cerca de 600 imigrantes de várias nacionalidades que estejam em situação vulnerável.

O projeto ARVoRE inclui também um componente de apoio à reintegração, voltado especificamente aos retornados de nacionalidade brasileira. Esse componente responde à necessidade de acompanhamento dos retornados no médio prazo por meio da criação de um

mecanismo de acompanhamento e monitoramento do processo de re-integração no Brasil.

No processo de avaliação desse programa, foram realizados contatos com migrantes brasileiros retornados, o que permitiu levantar informações e narrativas das dificuldades no país de destino e da re-integração no Brasil.

Dentre os entrevistados, a quase totalidade fez a migração de retorno antes de conseguir atingir as metas propostas no momento de partida. Na realidade, somente uma pessoa utilizou o programa para retornar após conseguir completar o que havia planejado. Os relatos a seguir mostram as principais dificuldades que levaram ao retorno. As questões de cunho econômico e também pessoais são as mais consideradas na avaliação.

Quando eu tinha meu trabalho, ele tinha o dele e a gente ainda não tinha filho, a gente conseguia viver bem. [...] Mas depois eu engravidei, meu bebê nasceu, e como eu não tinha documentação, eu não tinha direito a receber os abonos. E para eu colocá-lo no infantário ou na ama (babá), eu gastaria praticamente todo valor que eu recebia onde eu trabalhava para pagar para olhar meu filho. [...] Mas aí com os problemas dele ter perdido o emprego que era muito bom, ele foi trabalhar em outra oficina e lá ele já não ganhava tão bem. Então, as coisas começaram a complicar, e ainda tinha as despesas com nosso filho que era muito alta. Então, as coisas foram ficando mais complicadas, foi quando a gente tomou a decisão de vir embora.

Eu voltei porque meu tio era construtor e ele vivia me chamando para trabalhar com ele. Mas eu não aceitei, eu sempre com a expectativa da situação em Portugal melhorar. Mas a situação lá só ia piorando mais. Minha esposa ficou sem trabalho, o mercado começou a ficar ruim para mim. A situação financeira começou a piorar, eu já não estava conseguindo pagar o aluguel. Eu tive filhos lá, então, a situação piorou mais ainda.

Porque eu tenho minha mãe e meu pai vivo, e tenho amizade com minha família. Então eu estava sentindo falta da minha família. Um tio meu faleceu aqui no Brasil, e eu estava lá em Portugal e aquilo mexeu muito comigo. Eu fiquei pensando se eu perdesse os meus pais, ou meus irmãos, como eu faria para vir embora. Então, foi por isso que eu decidi voltar para o Brasil.

Apesar de o programa da OIM prever o apoio à re-integração, há várias dificuldades que são relatadas pelos retornados que, na maioria dos casos, não dependem exclusivamente da organização. Alguns imigrantes não tiveram dificuldades para encontrar emprego ou mesmo se inserir no ambiente familiar e nos círculos de relações sociais.

Eu não esperava encontrar grande coisa. Mas eu cheguei e encontrei a cidade modificada. Sobre trabalho na minha região mudou muito. Na minha área da construção civil, tem muito emprego.

Olha, eu acho que eu encontrei mais do que eu esperava, eu cheguei em uma época muito boa de serviço. Inclusive, eu cheguei e já logo arrumei um emprego. Eu não esperava encontrar o Brasil tão bem igual eu achei.

Eu já sabia que as coisas aqui também não estavam muito fáceis, porque eu mantinha contato com a minha família e eles me falavam. Mas aqui eu sabia que eu ia encontrar mais tranquilidade, porque eu estaria perto da minha família. Lá em Portugal, não tinha ninguém que pudesse nos ajudar. Aqui eu tenho a quem recorrer. Agora eu já posso trabalhar, eu tenho com quem deixar o meu filho, meu marido já tinha oferta de emprego aqui.

Eu esperava encontrar uma vida normal mesmo, porque as pessoas que estão lá morrem de medo de voltar e não se adaptarem aqui. Eu não tinha esse medo porque eu já conheço o Brasil. Eu esperava encontrar tudo como eu encontrei mesmo. Chegando aqui, eu já comecei a refazer a minha vida. Não tive grandes obstáculos, não.

Outros entrevistados relataram dificuldades relacionadas à oferta de emprego e à situação econômica do País, mas também a desajustes mais profundos que levavam à necessidade de uma assistência especializada.

Eu achava que, quando chegasse aqui, as coisas iam ser diferentes, que ia ser mais fácil. Está até mais difícil do que lá.

Olha, eu só não esperava encontrar um custo de vida igual está aqui hoje. Só isso. Tem muita coisa que eu pago mais caro aqui do que eu pagava lá.

A gente via os noticiários, e no exterior eles veem o Brasil caminhando a passos muito largos para ser um país de primeiro mundo. Isso lá, mas na realidade ainda tem que fazer muita coisa no Brasil para ser isso, principalmente na área da saúde. Foi uma decepção para mim quando cheguei aqui e vi a realidade. Lá a qualidade de vida é prioridade, aqui não.

Dificuldade, medo, porque infelizmente o Brasil é muito violento. Você ouve um foguete e já pensa que é tiro. A verdade é que o Brasil tem problemas de violência e tem problemas financeiros, mas a imagem do Brasil lá fora é bem pior do que a que a gente encontra aqui. [...] O Jornal Português mostra só o lado negativo do Brasil. Ou seja, os brasileiros que estão fora têm medo. Ele mostra uma resistência para vier embora, uma parte é em relação a isto. [...] quando eu cheguei no Brasil, eu tinha medo de tudo e medo de todos. Eu tive que procurar um psiquiatra. Seria bom se o programa colocasse algo desse gênero,

porque a pessoa chega e tem que reaprender a conviver com a família, coisa que até hoje está sendo difícil para mim. Você vai recomeçar, você vai reaprender a viver. Você deixa as coisas aqui de um jeito e volta, as coisas estão totalmente diferentes. Então, como eu te falei, o Brasil lá fora é visto como um campo de guerra, aí você imagina, eu fiquei sete anos sem aparecer aqui, recebendo esse tipo de informação, aí você fica com medo de pisar no Brasil.

Primeiramente, me equilibrar mentalmente, porque eu sou profissional há vinte e cinco anos na minha área e eu esperava chegar aqui e trabalhar o mais rápido possível. Mas eu não consegui, eu fiquei 70 dias sem trabalhar, fiquei psicologicamente abatido, eu não conseguia reintegrar na sociedade, porque o meu psicológico estava muito abatido, eu estava muito num estado muito delicado.

Outra situação negativa foi a falta de apoio da família relatada por alguns dos entrevistados. Ao sentimento de frustração pelo projeto migratório não realizado, agrega-se o pouco apoio do meio social, o que leva o imigrante a ficar cada vez mais isolado e a ter grande dificuldade na sua readaptação.

Eles (a família) veem com deboche, ficam falando uns para os outros: 'foram para Portugal e não conseguiram nada'. Veem como um plano frustrado, um sonho que não deu certo.

É difícil, eu nem comento muito a respeito. Igual eu vim de passagem ganhada, não é todo mundo que sabe disso. As pessoas acham que a gente vai e volta cheio de dinheiro, mas todo mundo viu a forma que eu voltei. Dependendo de todo mundo. A minha família sabe que eu trabalhei muito, da maneira que eu vim, eu percebo que meus familiares ficaram muito decepcionados, eles não falam mas eu percebo, voltei sem dinheiro e doente.

O olhar dos brasileiros que ainda não retornaram

Buscando completar a visão sobre o processo migratório entre o Brasil e Portugal, uma nova linha de pesquisa foi iniciada. Desta feita, buscava-se conhecer como os brasileiros que não retornaram enxergavam o retorno. Com esse fim, foram realizadas 65 entrevistas ao longo do primeiro semestre do ano de 2014 em municípios portugueses que contam com grande quantidade de imigrantes brasileiros.

De maneira geral, os entrevistados reconheceram que o retorno é uma nova realidade para a comunidade de brasileiros que vive em Portugal. Essa realidade se manifesta na desestruturação de redes migratórias que sustentaram a emigração para Portugal nos períodos de maior fluxo. Isso cria uma situação de fragilidade para os entrevistados que permaneceram em Portugal, principalmente para aqueles que não estão em uma relação estável e vivem nos municípios

menores. Todos os entrevistados conhecem alguém que retornou e a maioria (35 entrevistados, 53,8% do total) também pensa em retornar para o Brasil.

Quando perguntados sobre o porquê de ainda não terem retornado, 22% dos que pensam em retornar afirmaram que estavam aguardando o tempo necessário para adquirir a nacionalidade portuguesa (cinco anos de residência regular), porque isso poderia representar uma garantia para o caso de quererem reemigrar para Portugal no futuro. Contudo, 15% desses entrevistados afirmaram que ainda não tinham atingido seus objetivos em Portugal e que, apesar da crise, suas condições de vida no país ainda eram melhores do que as que tinham no Brasil, principalmente no que se referia ao acesso aos bens de consumo. Apesar dos motivos apresentados para ainda não terem retornado, a maior parte dos entrevistados admitiu que, se perdesse o trabalho em Portugal, retornaria tão logo tivesse acabado o seguro-desemprego. Já os que não tinham direito de recebê-lo afirmaram que retornariam imediatamente.

As entrevistas permitiram identificar que o mesmo sistema que alimentou a emigração para Portugal passa a funcionar, com algumas adaptações, no fluxo de retorno ao Brasil. Assim como uma chamada «cultura emigratória» ajudou a incentivar a emigração em diferentes municípios brasileiros, surge em Portugal, entre os imigrantes brasileiros, uma «cultura do retorno». As redes de sustentação da emigração agora passam a sustentar o retorno. Os pioneiros no ato de retornar ao Brasil se transformam em mediadores das informações sobre a realidade brasileira e em tradutores das burocracias que envolvem o retorno: os documentos necessários, as condições de compra de passagem e as possibilidades de enviar os móveis para o Brasil.

Nesse contexto, surgem, em Portugal, novos empreendimentos financiados pelos movimentos de retorno, como empresas especializadas no transporte de carga para brasileiros, despachantes informais que cuidam dos trâmites burocráticos para aqueles que não possuem a documentação regularizada, como passaporte atual ou documento de autorização para viagem de menores, filhos de pais separados. Além disso, os próprios consulados brasileiros e ONG de assistência ao imigrante começam a se estruturar em torno da possibilidade de retorno, com a criação de cartilhas, palestras e encontros que objetivam orientar o retorno ao Brasil. Tudo isso ajuda a fomentar a cultura do retorno.

Contudo, o medo da violência divulgada em canais de televisão brasileiros muito assistidos em Portugal e as incertezas sobre o retorno levam aqueles que ainda têm emprego e a intenção de retornar a

adiarem, ao máximo, o retorno ao Brasil, até porque, em alguns casos, não contam com recursos suficientes para custear as passagens e a instalação no País.

Outra questão que vem levando ao adiamento do retorno para muitos brasileiros é a reemigração de alguns brasileiros que retornaram ao Brasil e que, ao não se adaptarem, voltaram a emigrar para Portugal. Para pelo menos dois dos entrevistados, esse é um sinal de que o retorno não é uma opção tão fácil como parece.

É importante ressaltar que, para os entrevistados que constituíram família em Portugal por meio de casamentos mistos (com portugueses), que vivem há mais de quinze anos em Portugal e têm emprego regularizado com remuneração acima do salário mínimo português, a possibilidade de retorno é mais remota e, se mencionada, representa um desejo para o futuro, pelo temor de envelhecer em um país que, na visão de 10% dos entrevistados, não trata adequadamente os idosos.

Tanto os brasileiros que pensam em retornar como os que não pensam representam essa nova face do sistema migratório luso-brasileiro que demanda estudos mais aprofundados. Além disso, as falas de alguns entrevistados sobre os reemigrantes indicam a necessidade de não pensar o retorno como definitivo e de entender a conjuntura por trás da nova realidade da imigração brasileira em Portugal.

Considerações finais

Os estudos mencionados neste artigo contribuem na indicação de que os fluxos migratórios são dinâmicos e produzem uma série de alterações econômicas, sociais, demográficas e políticas nas sociedades envolvidas.

O que se vê nos últimos anos é uma aceleração dessas alterações, talvez motivadas pela globalização ou pelo simples fato da facilidade de acesso às informações quanto aos novos cenários e às pesquisas realizadas por intermédio das novas tecnologias de informação, como a internet, por exemplo.

As migrações são inerentes ao mundo globalizado, apesar de haver ainda restrições quanto à circulação de pessoas, pois estas se movem em busca de melhores condições de vida baseadas em várias razões. Os fluxos se intensificaram com a alternância dos papéis de cada país, sejam fornecedores ou receptores de mão de obra, de capital, de matéria-prima, dentre outros. Esse fato instiga o estudo constante, levando em conta uma série de variáveis que permeiam assuntos como políticas públicas, igualdade social, demografia, direitos huma-

nos e transnacionalismo. As migrações podem contribuir para um maior desenvolvimento socioeconômico, mas também podem promover a estagnação e a desigualdade nas sociedades envolvidas.

As teorias econômicas tentam explicar as causas das migrações e são vistas como contingenciais, pois são vulneráveis aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e da vida contemporânea. A maioria delas retrata a disparidade regional relacionada aos níveis de emprego, de renda e de bem-estar social como as causas mais relevantes no momento da decisão da migração. Com base nesse raciocínio, Sayad (2000) defende que é o trabalho que fundamenta a existência do imigrante e que lhe confere *status* social, legitimando a sua presença e justificando sua ausência no país de origem.

Embora não haja teorias específicas voltadas para os migrantes retornados, frequentemente é assumido que a integração nas sociedades de destino e o enfraquecimento dos laços nas sociedades de origem diminuem a chance do retorno (Fernandes; Castro; Knup, 2013). Ao analisar pela ótica neoclássica, a migração representa um modelo de maximização de sua utilidade, fazendo com que o imigrante se mova para lugares mais produtivos, onde há uma grande chance de compensar os custos de migração e adaptação.

Portanto, se os imigrantes estão integrados, mas não encontram trabalho e, por consequência, não conseguem melhorar de vida, pode-se dizer que seu projeto individual falhou e, assim, o retorno é mais provável. Dessa forma, a migração de retorno seria interpretada como resultado de um contexto e, dependendo do histórico do migrante, ele seria visto como um «perdedor».

Também pode-se ressaltar que não existem estratégias coordenadas por parte das autoridades para ajudar o imigrante retornado. A maioria se vê perdida em uma sociedade «desconhecida», e enfrenta dificuldades para encontrar um emprego que valorize sua experiência obtida no exterior e, assim, acaba por abrir pequenos negócios que nem sempre são bem-sucedidos. A princípio, práticas de consultoria que oferecem informações quanto ao empreendedorismo, envolvendo obtenção de crédito para financiamento e estudos de mercado seriam de grande valia e potencializariam a possibilidade de sucesso e readaptação do imigrante retornado.

Ao se considerar o fluxo Brasil-Portugal e Brasil-Espanha, o número de imigrantes desempregados mais do que duplicou nos anos que se seguiram à crise (Finotelli e Belchior, 2013; Peixoto e Silva, 2013). Apesar de muitos deles terem acesso ao sistema de proteção social português recebendo subsídios de desemprego, o escasso montante desses subsídios e a sua duração limitada são considerados

como condições apropriadas para não manter os planos de residência em Portugal.

A incerteza que reina sobre o futuro econômico de Portugal e da Espanha agrava a situação, pois o desenho dos planos em longo prazo pode ser alterado a qualquer momento. O acirramento da crise internacional de 2008 e, por outro lado, o crescimento e as perspectivas do Brasil, no mínimo levariam o imigrante brasileiro a analisar o custo-benefício de um retorno. A hipótese inicial era a de que os fluxos se inverteriam e uma corrente de retorno tornar-se-ia um fenômeno confirmado.

No entanto, essa hipótese foi enfraquecida a princípio pela pouca disponibilidade de dados sobre o regresso. Por outro lado, a pesquisa se tornou mais intrigante, por isso o esforço de buscar diversas fontes e de juntar várias técnicas de análise, de modo a compreender as principais tendências existentes nesse campo.

A análise das entrevistas realizadas em Portugal e na Espanha indica uma desaceleração —mas não o desaparecimento— do fluxo de entradas. Oficialmente, como já citado anteriormente, a comunidade em Portugal teria aumentado em 2010, porém, deve-se levar em conta a facilidade da regularização promovida pela Lei de Estrangeiros em 2007. Sendo assim, esse aumento pode ser explicado pelos imigrantes que entraram anteriormente e conseguiram o Título de Residência e, até mesmo, por outros que foram chegando, seja no âmbito da reunificação familiar ou da manutenção de pressões para a saída no Brasil.

A recessão econômica afetou muito fortemente a comunidade brasileira. Como se pôde observar nas entrevistas, tanto nas realizadas em Portugal e na Espanha quanto no Brasil, a crise econômica incentivou o repensar sobre o projeto migratório. O que pode ser observado é que a crise e seus reflexos incentivam o retorno, mas não se caracterizam como o motivador principal. As intenções de retorno passam por reflexões que envolvem:

- a. Os laços pessoais na sociedade de destino. Aqueles imigrantes que se encontravam em um relacionamento com portugueses(as) ou europeus(eias) em geral, mesmo em situação econômica complicada, às vezes com baixo ou até sem nenhum rendimento, não pretendem retornar. A não ser que o projeto de retorno inclua o cônjuge e seja realizado pelo casal.
- b. Missão cumprida. Ao emigrar, a maioria dos emigrantes se propõe a cumprir metas quanto à melhoria de vida no país de origem. As pesquisas apontam como principal destino das remessas ajuda à

família e investimentos em imóveis e pequenos negócios. O que se percebeu em Portugal e na Espanha é que a pessoa de confiança, responsável por receber o valor da remessa e utilizá-lo, teve grande importância na decisão de retorno. Portanto, sob a ótica daqueles que permaneceram nos países citados, uma vez cumpridas as metas, a crise torna-se um pretexto para ir embora.

- c. Grau de instrução. Embora o índice de desemprego no Brasil esteja baixo, em torno de 5,4²¹, comparado, por exemplo, aos 13%²² de Portugal, os imigrantes brasileiros residentes em Portugal sabem da importância do nível de escolaridade, principalmente de nível superior, para se obter uma boa colocação no mercado brasileiro, seja em empresas públicas ou privadas. Daí a existência de um conflito, visto que as pesquisas apontam tanto o nível elementar como o nível secundário como predominantes.
- d. Ocupação. Há algumas ocupações no Brasil, tanto de baixa quanto de alta qualificação, que estão demandando mão de obra e se encontram bastante valorizadas. Se o imigrante possui experiência nessas ocupações —profissionais da construção civil, cuidadores de idosos, trabalhadores domésticos, engenheiros e analistas de Tecnologia da Informação—, sabe que encontrará emprego com boa remuneração no Brasil.
- e. Custo de vida. O custo de vida de algumas cidades brasileiras tem sido comparado ao de grandes polos internacionais, como Nova Iorque, por exemplo. Essa variável está muito relacionada à renda. Vários entrevistados citaram-na como um dos fatores de arrependimento, decepção e surpresa, no caso dos já retornados; e no daqueles que permaneceram em Portugal e na Espanha, como inibidora do retorno.
- f. Nacionalidade. As facilidades para a aquisição da nacionalidade portuguesa, expressas na lei de 2006, estimulam os imigrantes a permanecerem em Portugal pelo menos por cinco anos para solicitarem esse título. Porém, também podem ser vistas como fator encorajador, pois garantem o retorno do imigrante a Portugal caso seus planos no país de origem falhem ou este não consiga se readaptar à sociedade de origem.

21 IBGE. Pesquisa de Emprego e Desemprego, novembro 2014 (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201502tm_01.shtm>).

22 Bureau de Estatística União Europeia, julho 2014 (<http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=4098996>).

- g. Segurança. Os altos índices de violência no Brasil, principalmente nas grandes cidades, são amplamente divulgados pelas redes de TV internacionais. Acontecimentos do dia a dia possuem uma repercussão considerável para os que assistem a esses programas. A questão da violência foi muito citada nas pesquisas e se caracteriza como um fator motivador da permanência.
- h. Liberdade. Essa variável foi citada pelos entrevistados, uma vez que representa vários pontos de vista. Um deles está relacionado à questão da violência, significando poder circular a qualquer hora com segurança. Outro seria a opção sexual do imigrante. Embora Portugal e Espanha possam parecer países conservadores em relação às tradições, são mais tolerantes em relação a situações que envolvem relações homoafetivas. Os entrevistados disseram que o Brasil é um país preconceituoso e que a sociedade, em geral, não os aceitaria. Essas seriam as reflexões que incentivariam a permanência em Portugal e na Espanha. Em compensação, haveria a discriminação em relação ao «jeito brasileiro de ser», muitas vezes manifestada em eventos sociais e no preconceito, por exemplo, com relação ao modo de vestir do brasileiro. Também é importante considerar que a maioria dos entrevistados saiu de cidades pequenas nas quais o «controle social» é mais presente, o que leva a uma maior pressão sobre o indivíduo, fato que não acontece nos grandes centros, onde o anonimato é maior.
- i. Laços familiares. Essa variável é a razão da maior incidência apontada nas pesquisas como principal motivo do retorno. A presença de filhos, pais, doenças, cônjuges e a saudade da convivência familiar são fatores consideráveis. No entanto, essa variável nunca aparece por si só. Geralmente, vem acompanhada por outro fator de análise, como a ocupação do imigrante, pois este sabe que, ao voltar, estará próximo à família e não ficará sem trabalho, uma vez que possui experiência em áreas atualmente valorizadas, como a construção civil, por exemplo. Também estaria ligada ao fator «missão cumprida». O imigrante satisfaz sua vontade de estar junto aos entes queridos, no entanto, não voltaria se não tivesse uma forma de renda construída ao longo de anos em que residiu no exterior, o que lhe garante a permanência no Brasil.

Ao analisar a situação dos retornados no Brasil, ficou claro que aqueles que voltam de Portugal e da Espanha o fazem em situação

de maior vulnerabilidade do que os que voltam dos Estados Unidos²³. Mesmo que a maioria fale de sucesso no processo migratório, as análises mostraram que os ganhos foram poucos e que, ao retornar para suas cidades, encontraram a mesma situação antes da partida. Vários relataram ter voltado para a mesma ocupação de antes da emigração e alguns conseguiram, pelo menos, construir uma moradia.

Um ponto que chama a atenção é a importância da rede social nas decisões sobre a migração. Esse ponto é talvez o mais importante quando se considera a construção do projeto migratório. O mais interessante é que não se trata, exclusivamente, de aproveitar as facilidades no país de destino mas também de fazer o trajeto utilizando os conhecimentos da rede.

Os resultados podem ser considerados preliminares por se tratar de uma dinâmica muito recente, em que os fluxos e os projetos migratórios são instáveis. E, como afirma Sayad (2000), o retorno é naturalmente o desejo e o sonho de todos os imigrantes. A ideia é que o estudo se estenda e dê origem a outras novas pesquisas acerca deste tema, necessárias no curto prazo para monitorar um fluxo tão instável.

O fato é que algum retorno vai, assim, tomando forma e se tornando efetivo. Acredita-se que as pesquisas cujos resultados aqui apresentamos tenham contribuído para a análise do fenômeno do retorno, que ainda é muito recente.

23 Em entrevista com o vereador Paulinho, em Governador Valadares, ele afirmou que «aqueles que voltam dos Estados Unidos vêm com pouco dinheiro ou mesmo com dívidas, mas os de Portugal, nós temos que mandar buscar, pois não têm dinheiro nem para pagar a passagem».

Bibliografia

- Acosta Arcarazo, D. (2012), «Estudo comparativo das legislações sobre a imigração de Portugal, Espanha e Brasil», Projeto Itineris, International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), mimeo.
- Aydos, M. (2010), *Migração Forçada. Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2009)*. Dissertação (Mestrado apresentado no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Benito, Santos Ruesga *et al.* (2009), «A Situação Ocupacional dos Imigrantes Brasileiros na Espanha», em, *Série de Textos Para Discussão do Curso de Ciências Econômicas*, n.º 3. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/117/TD_003.pdf>.
- Brasil. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 2011.
- Carvalho, J. A. M. (2004), *Migrações Internacionais do Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo, amplamente desconhecido*. Seminário de Migração Internacional, Ministério da Previdência Social. Brasília.
- Fernandes, D.; Castro, M. C. G.; Kump, S. (2013), *Fatores positivos e obstáculos para a reintegração sustentável no Brasil*. OIM, Belo Horizonte.
- (2013), *Migração Brasil- Europa: a situação dos migrantes brasileiros retornados da Europa no início do Século XXI*. ICMPD, Belo Horizonte.
- (2013), *Migração Brasil-Europa. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências*. ICMPD, Belo Horizonte.
- Fernandes, D. e Nunan, C. (2008), «O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madrid», Trabalho submetido para seleção ao XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu.
- Fernandes, D. M. e Pinto, L. M.M. (2009), «Lazer de imigrantes brasileiros em Madrid», em *Anais do XXI Encontro Nacional de Recreação e Lazer*. Florianópolis.
- Fernandes, D.; Nunan, C.; Castro, M.C.G.; Knup, S. A.; Silva, R. V. (2013), *A Crise e a Migração de Retorno: o caso dos imigrantes brasileiros em Portugal*. Belo Horizonte.
- Finotelli, C. e Belchior, L. (2013), *O acesso aos principais direitos políticos e sociais dos imigrantes brasileiros na Espanha*, ICMPD, Espanha.
- Góis, P.; Marques, J. C.; Padilla, B. e Peixoto, J. (2009), «Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal», *Migrações*, OI/ACIDI, 5: 111-133.
- International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) (2011), *Transatlantic Journeys: An Exploratory Research on Human Trafficking from Brazil to Italy and Portugal*. Vienna: ICMPD.
- (ICMPD) (2013) «ITINERIS, Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia». Viena: ICMPD.
- Malheiros, J. M. (org.) (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, ACIME/ Observatório da Imigração.
- Marinucci, R. *et al.* (2008), «Brasileiros e Brasileiras no Exterior: Apresentação de Dados Recentes do Ministério das Relações Exteriores», Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, CSEM, Disponível em: <http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf>.

- Nações Unidas. Divisão de População (1969), *Enciclopédia de Demografia DEMOPAEDIA*, disponível em www.demopaedia.org.
- Nissen, J., Huddleston, T., Citron, L., Geddes, A., Jacobs, D. (2007), *Index de Políticas de Integração de Migrantes*, Lisboa: British Council e Fundação Calouste Gulbenkian.
- OIM (2013), *Fatores positivos e obstáculos para a reintegração sustentável no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Lisboa.
- Peixoto, J. E Silva T. (2013), *O acesso dos imigrantes brasileiros aos direitos em Portugal*, ICMPD, Lisboa.
- Peixoto, J. e Iorio, J. (2011), *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?* Parede: PRINCIPIA.
- Peixoto, J. e Figueiredo, A. (2007), «Imigrantes Brasileiros e Mercado de Trabalho em Portugal», em Malheiros, Jorge Macaísta (Org). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, cap. 4, pp. 87-111.
- Piore, M. J. (1979), *Birds of passage: migrant labour in industrial societies*, Cambridge University Press. Cambridge.
- Sayad, A. (2000) «O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante». *Travessia*, v.13, N. Esp., pp. 7-32.
- Solé, C.; Cavalcanti, L. e Parella, S. (2011), *La inmigración brasileña em La estructura socioeconómica de España*. Madrid: Ministério de Trabajo e Inmigración.